

Particularidades da formação do capitalismo brasileiro: polêmicas acerca do caráter da dependência no Brasil

Tatiana Prado Vargas¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo evidenciar o processo de construção intelectual do tema da dependência no interior da obra de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. Partindo da polêmica que nasce entre esses autores – consubstanciada em artigos teórico-políticos que atravessam a década de 70 –, trataremos de expor como, na busca pela definição dos padrões de constituição do capitalismo dependente latino-americano – e brasileiro em particular –, surgiram perspectivas tão distintas de uma mesma relação, qual seja, aquela entre os países de origem colonial, dependente e os países centrais, desenvolvidos.

Palavras-chave: Teoria da dependência; Fernando Henrique Cardoso; Ruy Mauro Marini; capitalismo brasileiro.

Abstract: The purpose of this work is to reveal the intellectual construction of dependency in Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini's work. We shall start from the debate of both authors – dated from the seventies – looking for the comprehension of different views about the formation of the dependent capitalism in Brazil, which have different perspectives about the same relation: between the peripheral countries and the imperialists ones.

Keywords: Dependency Theory; Fernando Henrique Cardoso; Ruy Mauro Marini; brazilian's capitalism.

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correio eletrônico: tatipvargas@yahoo.com.br

Introdução

Formulada num contexto de confronto estabelecido entre as distintas vertentes analíticas que predominaram no Brasil entre os finais da década de 1950 e início de 1960, a teoria do “capitalismo dependente”, de Fernando Henrique Cardoso surge como uma resposta às correntes que, até então, compunham as chamadas “teorias do desenvolvimento” – como as formulações teórico-políticas que dominaram o pensamento social brasileiro naquele período, representadas, principalmente, pelo PCB e pela Cepal. Trata-se de um diálogo freqüente com um pensamento político que nasce sob a convicção de que o desenvolvimento tipicamente industrial sucederia à economia agroexportadora. Esta possibilidade, fortemente apoiada pela conjuntura internacional assolada pela crise de 1929 e pela II Guerra Mundial, via-se fundada, em alguns países da América Latina, na ampliação do mercado interno, na transferência de mão-de-obra do campo para a cidade e na redistribuição de renda, todos esses fatores garantidos pela reorganização da produção em torno da indústria substitutiva de importações (CARDOSO & FALETTO, 1975).

Dependência e Desenvolvimento na América Latina, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, projeta no cenário intelectual a denominada “teoria da dependência”, a qual representaria um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico no qual já estava consolidada a hegemonia de grandes grupos econômicos no âmbito da economia mundial (SANTOS, 2000).

A repercussão da problemática da dependência na literatura político-econômica interessada pela constituição do capitalismo dependente latino-americano faz surgir divergências fundamentais no âmbito desse debate. É com base na divisão do pensamento crítico, resultado da difusão das “teorias da dependência”, que se esboçou nos finais da década de 1960, que exporemos uma polêmica, cujos marcos teóricos são: a obra de Cardoso, em parceria com Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*; a crítica elaborada por Marini em *Dialética da dependência*, bem como as respectivas respostas presentes em *As desventuras da dialética da dependência*, de

Cardoso e Serra, e em *As razões do neodesenvolvimentismo*, de Marini.

A perspectiva do desenvolvimento dependente em Cardoso

É no âmbito das transformações correntes, dentro e fora do Brasil, que se fazia necessária a construção de novas perspectivas políticas para o país. No interior da academia, essa construção emerge a partir de uma retomada do pensamento de

Marx que, no caso de Cardoso, remonta exatamente ao chamado “Seminário de Marx”, uma proposta de J. Arthur Giannotti a um grupo de intelectuais da USP e cujo propósito era o de estudar O Capital. Trata-se de uma empreitada teórica que se definiu no sentido de extrair do marxismo um padrão gnosiológico que permitisse a construção metodológica necessária para levar a efeito a análise sobre uma realidade impactada pelas mudanças sociais. Como aponta Rago Filho (2005, p. 02), o “marxismo adstringido” desse segmento da intelligentsia brasileira organizada nos “seminários” perfila uma “versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou perdido o centro nervoso do pensamento marxiano – a problemática (...) da emancipação humana”. É a partir desse universo metodológico que Cardoso se esforçou para empreender suas análises acerca da realidade brasileira, no sentido de melhor explicitar o quadro econômico da nação dependente que na altura se constituía.

Na nossa compreensão, da forma pela qual Cardoso se apropria do marxismo – enquanto uma técnica de análise da sociedade, esvaziando o conteúdo político que lhe é próprio – conecta-se organicamente com a solução teórica e política encontrada em sua obra. Neste sentido, devemos nos remeter à construção do conceito de dependência empreendida por Cardoso, o qual busca estabelecer

(...) a conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua *manifestação interna* (CARDOSO & FALETTO, 1975, p. 23 – grifos nossos).

A construção do conceito de dependência é realizada sob uma base denominada “causal-significante”, cujo elo explicativo fundamental das conexões entre os planos nacional e internacional aparece no “modo específico de relação entre grupos e classes sociais no âmbito próprio das nações dependentes” (CARDOSO & FALETTO, 1975:, p. 23). Esse conceito traz a tona uma forma de análise na qual o trato da totalidade social se dá por meio da “análise concreta das situações concretas”, entendida como o conjunto das “relações e determinações recíprocas” entre o eixo socioeconômico e a estruturação do sistema de poder no âmbito das nações dependentes. No plano teórico, o dinamismo da economia dependente passou a ser visto como produto de processos condicionados “(...) em primeira instância pela luta de classes e o desenvolvimento

do capitalismo no interior de cada uma das formações econômicas das sociedades dependentes e, em última instância, pelos períodos do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial” (CARDOSO, 1980, p . 73).

A noção de capitalismo dependente, estabelecida por Cardoso, tem como núcleo fundamental de significação as estruturas de dominação e as formas de estratificação internas, no qual a conexão entre as condições nacionais e o imperialismo ter-se-ia objetivado. Assim, ao evidenciar a formação do sistema de poder que dominará a nação brasileira a partir dos conceitos de tradicionalismo e patrimonialista, Cardoso parece assumir uma posição weberiana, lançando as bases para um estilo teórico marcado pelo ecletismo e pela heterodoxia. Trata-se de uma composição de níveis que serão sempre sociais, políticos ou econômicos, os quais a análise deve se vincular a partir de um “(...) ponto de inteseção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política” (CARDOSO & FALETTO, 1975, p. 23).

Com isso, o que podemos observar é que Cardoso, optando por uma análise de viés sociológico, opera uma distinção entre o plano social e o econômico, através da qual o autor parece atribuir às “correlações de forças” as condições decisivas para o processo de desenvolvimento socioeconômico da realidade. Por conseguinte, em suas análises, a solução encontrada pela burguesia interna de apoiar-se em alianças de classes e setores sociais não deriva da estruturação específica do capital sob a forma dependente, mas aparece ao gosto dos “jogos políticos”. Assim, o reflexo colonialista presente até o golpe militar é explicado pelo patrimonialismo, e não pelos laços econômicos e compromissos estruturais que definiram o desenvolvimento socioeconômico do Brasil; neste sentido, a alteração política substancial trazida com o golpe foi a ruptura com o padrão político populista e patrimonialista.

A análise do golpe militar de 1964, tratado por Cardoso sob o conceito de “estado autoritário-burocrático”, contribui decisivamente para a consolidação do conceito de dependência no interior de sua obra. Isto na medida em que é na chamada “teoria do autoritarismo” que a separação entre os níveis da política e da economia aparecerá de forma mais acabada; a luta pela hegemonia política aparecerá como o centro das preocupações do autor, uma vez que é nessa área de atuação que o controle da realidade deverá ocorrer.

O que se evidencia nesse momento é que dependência e desenvolvimento não são excludentes e que, com o novo esquema aliancista inaugurado pelo golpe militar –

alicerçado sobre o “tripé condicionante” do desenvolvimento associado e dependente por meio da associação entre capital estatal, externo e privado nacional – o Estado ganhou um formato novo, capaz de impedir a continuidade do conjunto político constituído pelo nacionalismo populista e pelo tradicionalismo patrimonialista que dificultavam a sua modernização. Logo, esse novo Estado passa a completar política e institucionalmente a dominação nacional, só restando, a partir de então, a implantação da democracia no sistema político brasileiro².

Entretanto, como admite Cardoso, não se trata de uma superação do dito “capitalismo dependente”, uma vez que do ponto de vista econômico, este não pode completar-se de forma autônoma, pois o departamento produtor de bens de capital, ou não se implanta, ou se implanta só parcialmente no Brasil, de forma que a sua completude, em termos tecnológicos, permanece vinculada à mediação externa, ao imperialismo. Contudo, por meio da “internalização dos empreendimentos externos” garantida pela implantação dos conglomerados multinacionais e com a conseqüente internalização da tecnologia advinda dos países centrais, a relação de subordinação dos países dependentes frente às nações imperialistas parece perder-se na obra de Cardoso. Este passa a apontar, inclusive, tendências à solidarização entre os investimentos industriais estrangeiros e a expansão econômica do mercado interno – tendências essas sintetizadas sob a fórmula da interdependência.

É nesse momento que se torna compreensível como a solução apontada por Cardoso no plano teórico conecta-se com sua conclusão no âmbito histórico, uma vez que o condicionamento do processo de desenvolvimento a partir das forças internas faz com que seja eliminada a urgência de se superar a dependência externa (SAMPAIO Jr., 1999). Nesse sentido,

(...) o destino das sociedades periféricas passava a depender de estratégias de associação com o capital internacional que estimulassem a entrada de investimentos estrangeiros, na suposição de que o avanço da acumulação capitalista asseguraria o sucesso da industrialização e de que a industrialização era o próprio desenvolvimento (SAMPAIO Jr., 1999:, p. 38).

Daí que, ao perder de vista a subordinação a que o imperialismo impõe sobre os países periféricos, Cardoso acaba por apontar tendências à “solidarização”

² Sobre o tema da democratização, ver Cardoso, 1975.

entre o capital nacional e o externo, o que se concretiza em sua fórmula da interdependência.

Ruy Mauro Marini: uma análise diferenciada sob a perspectiva da dependência

Visando explicitar o que entende ser fundamental na constituição do capitalismo dependente, Ruy Mauro Marini desenvolve um ensaio intitulado *Dialética da dependência*, por meio do qual é estabelecida uma das mais importantes polêmicas com Cardoso. Retomando o conceito de dependência sob uma perspectiva radicalmente distinta, Marini evidencia dois pontos essenciais para a sua análise: a identificação entre dependência e subordinação e sua necessária conexão com a superexploração da força de trabalho como condição de manutenção da relação entre dependência e imperialismo.

Assim, como enfatiza o autor, a economia dependente, no começo de seu desenvolvimento, quando ainda se constituía enquanto uma economia essencialmente agroexportadora, encontrava-se inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais a tal ponto que é em função da queda tendencial da taxa de lucro nestes países que esse desenvolvimento pode ser explicado. Neste sentido, se a economia agroexportadora dependente nasce para atender as necessidades do mercado mundial no sentido de baixar o valor dos bens-salário nos países centrais, sua produção não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo, o que lança as bases para a separação, no interior das economias dependentes, entre os dois momentos fundamentais do ciclo do capital: o momento da produção e o da circulação de mercadorias.

Tal separação faz com que a realização das mercadorias produzidas no interior das nações dependentes tenha que se efetivar no âmbito do mercado externo, o que faz com que o consumo individual do trabalhador não interfira na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em conseqüência, “a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo” (MARINI, 2000, p. 134).

De acordo com Marini, o processo de industrialização brasileiro não eliminou ou superou as contradições econômicas presentes na fase agroexportadora; ao contrário, implantou-se e se desenvolveu comprometida com a separação entre produção e

circulação internas. Subordinada desde o início às atividades agroexportadoras, a industrialização seguiu até a II Guerra sem adquirir diversidade e proporção que invertesse aquela subordinação. Após a guerra, com o impulso internacional visando à expansão produtiva e de mercado, a industrialização brasileira se fez com base num pólo moderno da indústria internacional, reproduzindo aqui o setor produtivo de bens suntuários destinados aos setores de alta renda.

Daí que, o que antes se expressava como separação entre produção e circulação internas, passa a corresponder, na fase de expansão do setor industrial nas economias dependentes, à estratificação no interior do próprio mercado interno, que é também uma diferenciação entre a “alta” esfera da circulação – própria das camadas não trabalhadoras e para a qual se destina a produção dos produtos de luxo – e a esfera “baixa” – da qual participam os trabalhadores e que o sistema se esforça para restringir.

Deste modo, o deslocamento do centro de gravidade da alta esfera anteriormente referida para a produção interna, ocasionado pela expansão industrial, acabaria por reproduzir, além da superexploração do trabalhador, uma indústria e uma produção independentes das próprias condições salariais das classes trabalhadoras, uma vez que, nas economias dependentes, “o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 142).

Na medida em que avança o processo de industrialização, surge a necessidade de generalização do consumo de manufaturas, o que dá lugar a dois tipos de adaptação por parte das economias dependentes, quais sejam: “a ampliação do consumo das camadas médias, que se gera a partir da mais-valia não acumulada e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição sine qua non para baratear as mercadorias” (MARINI, 2000, p. 143). Tal esforço, porém, longe de operar no sentido de uma mudança qualitativa na base de acumulação de capital, deslocando-a da superexploração do trabalhador ao aumento da produtividade do trabalho, é alcançado por meio de um mecanismo específico, “o recurso à tecnologia externa, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho” (MARINI, 2000, p. 143).

Nesta direção, o avanço tecnológico restringiu-se ao setor produtor de bens suntuários, o que criou vários problemas para a sua realização, só passíveis de resolução com a interferência do Estado. Este passou a subvencionar a importação dos bens de produção, além de facilitar o consumo de bens duráveis no sentido de dinamizar o mercado interno, o que favoreceu a transferência do poder de compra da

baixa para a alta esfera de circulação. Isto implicou “rebaixar ainda mais os salários reais, com o fim de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda” (MARINI, 2000, p. 148), além da redução das aplicações tecnológicas dirigidas aos setores produtores de bens de consumo próprios da força de trabalho, os quais tendem à estagnação e mesmo à regressão.

Desta forma, orientando-se para a compressão salarial e não estendendo aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários, a economia dependente brasileira e latino-americana não só exige um imenso exército de reserva, como restringe a realização das mercadorias de luxo às altas classes sociais. Isso colocará a necessidade de expansão dessa produção para o exterior, fazendo desdobrar-se novamente, ainda que sob uma base industrial,

(...) o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação *sobre o mercado mundial*. A *exportação de manufaturas* tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam. *Desde os projetos de integração econômica regional e subregional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia agroexportadora* (MARINI, 2000, p. 150 – grifos nossos).

Daí que o conceito de subimperialismo adquire centralidade na obra de Marini, uma vez que é a partir do expansionismo econômico e político das nações mais desenvolvidas da América Latina (das quais o Brasil é a maior expressão) que as leis próprias da economia dependente são completadas. Aqui, a dimensão política do processo de consolidação do Brasil num centro tipicamente subimperialista ganha significação, sendo que, como coloca Marini (1975, p. XIX-XX): “(...) a concretização histórica do subimperialismo não é uma questão meramente econômica. A existência de condições propícias ao seu desenvolvimento não assegura por si a um país sua conversão em um centro subimperialista”³.

Deste modo, o autor evidencia o papel determinante que o subimperialismo tem desempenhado no curso do processo político brasileiro no período da ditadura militar, como resposta à crise que assolou o país entre 1962 e 1967 e à conseqüente intensificação da luta de classes decorrente desse processo. Mais do que isso, a ditadura

3 No original: “(...) la concreción histórica del subimperialismo no es una cuestión meramente económica. La existencia de condiciones propicias a su desarrollo no asegura de por sí a un país su conversión en un centro subimperialista”.

militar, com sua política subimperialista,

(...) é, por um lado, o que garante uma acumulação de capital baseada na superexploração das massas trabalhadoras, tanto urbanas, como rurais e, por outro lado, a expressão da hegemonia conquistada graças à crise, através dos monopólios industriais e do capital financeiro nacional e internacional (MARINI, 2000, p. 1991)⁴.

Desta forma, é por meio desse esquema que se possibilitou a reativação da acumulação sob as bases da superexploração do trabalho, num momento marcado pelos progressos dos trabalhadores em termos de conscientização e organização – os quais só poderiam ser suprimidos pelo uso da força. Nas palavras de Marini:

A irracionalidade da sociedade burguesa brasileira, que engendraria a ditadura de classe de 1964, conduziu-lhe finalmente a introduzir a sua própria supressão e, retirando sua dominação política do âmbito da luta de classes, a aspirar transferi-la aos quartéis. Com isto, caiu o último véu que cobria o poder burguês, o qual agora exhibe explicitamente o que constitui sua essência: a força (MARINI, 2000, p. 123)⁵.

Com isso, podemos compreender como a mobilização que Marini faz do conceito de dependência enquanto subordinação se articula com as especificidades políticas brasileiras, especialmente no momento em que tais especificidades são ditadas pelo esquema subimperialista. Neste sentido, toda a política levada a cabo pelo regime militar brasileiro – acentuando o papel diretivo do Estado, operando um incremento nos gastos militares, reprimindo qualquer manifestação de massas e aderindo a uma política de “contenção dos salários, de restrição do crédito e de aumento da carga tributária” – obedece “às exigências colocadas pelo próprio desenvolvimento capitalista brasileiro”, traduzindo para a política o “fato de que a burguesia brasileira, finalmente, aceitou o papel de sócio menor em sua aliança com os capitais estrangeiros” (MARINI, 2000, p. 47).

4 No original: (...) es, por un lado, lo que garantiza una acumulación de capital basada en la superexplotación de las masas trabajadoras, tanto urbanas como rurales, y, por otro lado, la expresión de la hegemonía conquistada, gracias a la crisis, por los monopolios industriales y por el capital financiero nacional y internacional. (MARINI, 1975, p.191).

5 No original: La irracionalidad de la sociedad burguesa brasileña, que engendrara la dictadura de clase de 1964, la condujo finalmente a plantearse la supresión de si misma y, retirando su dominación política del ámbito de la lucha de clases, a intentar transferirla a los cuarteles. Con ello, cayó el último velo que cubría el poder burgués, el cual exhibe ahora sin sombra de pudor lo que constituye su esencia: la fuerza.

A repercussão teórica do debate sobre a dependência

O construto analítico da dependência inaugurado e amplamente difundido por meio da obra de Cardoso e Faletto assumiu um papel referencial para o tratamento teórico do capitalismo brasileiro, sendo assimilado pelas mais diversas abordagens analíticas. No conjunto de textos que aqui analisamos, o foco da discussão foi lançado sobre a produção teórica de Cardoso, uma vez que este autor acaba por se tornar um referencial para qualquer análise que se pretenda encaminhar sob a rubrica da dependência.

Luís Carlos Bresser Pereira, em seu artigo “Seis interpretações sobre o Brasil”, retoma as distintas interpretações da esquerda brasileira dos últimos 50 anos, destacando as vertentes da superexploração imperialista e da nova dependência. A primeira delas, de acordo com Bresser Pereira, seria representada por Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. Nesta perspectiva, o imperialismo apareceria como obstáculo fundamental a qualquer processo de desenvolvimento, de forma que a burguesia local estaria completamente subordinada a seus ditames. Daí que a noção de um desenvolvimento “desigual e combinado” identificada por Theotônio dos Santos acaba por convergir com a idéia de “superexploração do trabalho” de Marini. Aproveitando para rechaçar em conjunto essa interpretação, Bresser Pereira afirma que tendência analítica não observou o fato de que a presença das multinacionais na América Latina diluiria a modalidade da “superexploração do trabalho”.

Já a vertente da nova dependência, encabeçada por Fernando Henrique Cardoso, contribuiria fundamentalmente no sentido de demonstrar que as relações entre imperialismo e subdesenvolvimento não podiam mais ser compreendidas por orientações que as tomasse como exteriores uma à outra. Nesse sentido,

O importante é menos negar a interpretação anterior e mais reconhecer o fato novo
– os investimentos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais
– que determina uma nova forma de dependência, desenvolvimentista, mas excludente
(BRESSER-PEREIRA, 1983, p. 289).

Lídia Goldenstein, em seu livro *Repensando a Dependência*, retoma o debate que se constituiu no Brasil nos anos 1960/70, para colocá-lo à luz das profundas transformações que ocorreram no capitalismo a partir de fins da década de 1970 e, especialmente, nos anos 80, quando emerge um novo cenário internacional marcado pela revolução tecnológica. Segundo a autora, a vertente representada por Marini,

Gunder Frank e Theotônio dos Santos no debate sobre a dependência apresentava uma visão mecanicista da determinação das estruturas internas pelas externas, elevando a conjuntura de meados dos anos 1960 a uma condição geral (estrutural), para daí tirar respostas teóricas pautadas em suas posições ideológicas. Quanto a Marini, a autora destaca que seu livro *Dialética da Dependência* sofreu, por parte de José Serra e Cardoso, uma “crítica arrasadora e definitiva”, uma vez que “desnudaram seu economicismo e voluntarismo, revelando o perigo da prática política pautada por este tipo de interpretação fantasiosa da realidade brasileira” (GOLDENSTEIN, 1994, p. 34).

No que se refere a Cardoso, Goldenstein afirma que é evidente o avanço de sua compreensão da dependência em relação à concepção cepalina que até então dominava o debate. A reivindicação da análise concreta das situações concretas de cada país latino-americano; a compreensão da relação de dependência a partir da configuração dos diferentes sistemas de poder das nações dependentes; a afirmação da inexistência de um nexo imediato entre a diferenciação do sistema produtivo e a formação de centros autônomos de decisão, são todos esses fatores de inegável superação das concepções anteriores que primavam pela determinação das “variáveis externas”. Entretanto, ressalta Goldenstein, Cardoso e Faletto acabaram caindo em uma outra armadilha com sua conclusão um tanto otimista. Para estes autores

A possibilidade de uma integração dinâmica com os países centrais abriria caminho para um desenvolvimento cuja única barreira possível seria de natureza *política*. As ‘condições econômicas’ estariam dadas. Infelizmente a história tem mostrado que o caminho não seria tão fácil (...). Ao contrário do que imaginavam [Cardoso e Faletto], os reinvestimentos estrangeiros não foram suficientes para solidarizar os investimentos industriais com a expansão econômica do mercado interno (GOLDENSTEIN, 1994, p. 51).

Desta forma, os autores perderiam de vista o movimento do capitalismo internacional, imputando todos os problemas existentes aos “erros de política econômica, frutos de um Estado autoritário” (GOLDENSTEIN, 1994, p. 53).

Em sua dissertação de mestrado, Roberta Traspadini faz uma abordagem específica sobre a produção teórica de Cardoso determinando, no quadro da teoria da dependência, as brechas pelas quais o autor deixa passar sua posição sobre a interdependência. Essa noção, segundo a autora, aparece de forma mais explícita

no final de Dependência e Desenvolvimento na América Latina, na qual “fica claro que a melhor perspectiva de desenvolvimento para ele [Cardoso] será aquela que esteja em estreita consonância com a própria evolução do capitalismo, não havendo, objetivamente, como se contrapor a essa ótica, caso as economias queiram realmente desenvolver-se” (TRASPADINI, 1999, p. 107).

Já Theotônio dos Santos, que figura não apenas como comentador do debate, mas como um dos seus próprios expoentes, retoma a crítica a Cardoso no sentido de negar o fato de que o “novo caráter da dependência” lançaria nos países periféricos uma forma de desenvolvimento mais fundamentado na produção de mais-valia relativa e, por isso mesmo, menos centrado nas formas de exploração calcadas na superexploração dos trabalhadores. Para Theotônio, “(...) a introdução de tecnologias mais sofisticadas nos nossos países não consegue eliminar as condições de sobreexploração dos nossos trabalhadores” (SANTOS, 2000, p. 136). Neste sentido, ao contrário de Cardoso, para o qual a aliança entre a burguesia brasileira e a burguesia internacional será um caminho positivo para o Brasil (mesmo sendo expressão de um desenvolvimento que conduz a uma marginalização e a uma exclusão social crescentes), Theotônio continuará solidário com a perspectiva da superexploração do trabalho.

Considerações finais

A noção de dependência que orienta as análises de Cardoso, ao nosso ver, revela uma redução dos laços de determinação do imperialismo sobre os países dependentes latino-americanos. A resposta teórico-política apontada pelo autor, que terá como maior expressão sua formulação da interdependência, parece vincular-se de forma orgânica com a sua construção do conceito de dependência, conforme tentamos demonstrar em nossa exposição. Desta forma, seu esforço para compreender o específico da situação de cada país periférico levou-o à diluição dos condicionantes externos, apontando para uma perspectiva segundo a qual o capitalismo dependente teria um movimento próprio e a possibilidade real de aproximação aos países centrais.

Já em relação a Marini, trata-se de uma análise com fundamentação econômica que, tendo como ponto de referência a utilização da força de trabalho, compreende a dependência enquanto uma relação de subordinação, a qual conduziria as economias dependentes à adoção de uma prática política ditada pelo subimperialismo. Por conseguinte, em sua obra, a relação dos países periféricos com o imperialismo aparece como relação central, que se expressa também na dinâmica política das diferentes

nações dependentes.

Bibliografia

- BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando, et al. (Orgs.). *Conversas com sociólogos brasileiros* – entrevista com Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, nº 34, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. “Seis interpretações sobre o Brasil”. In: *Dados*. São Paulo, vol. 25, nº 3, 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. “As desventuras da dialética da dependência”. In: *Estudos Cebrap*, nº 23, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.
- _____. *As idéias e seu lugar* – ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. “Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira”. In: FURTADO, Celso. et al. *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- _____. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- COTRIM, Ivan. *O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- FRANK, André Gunder. *Lumpem-burguesia: lumpem-desenvolvimento*. Porto: Portucalense, 1971.
- GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência* – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Subdesarrollo y revolución. México D.F.: Siglo Veintiuno editores, 1975.

MANTEGA, Guido. “Marxismo na economia brasileira”. In: QUARTIM, João (Org.). *História do marxismo no Brasil* – vol II. Campinas: Unicamp, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. *Economia da dependência imperfeita*, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

PRADO Jr, Caio. *A Revolução Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAGO FILHO, Antônio. “O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil. A crítica da Analítica Paulista: o *marxismo adstringido* de José Arthur Giannotti”. In: *Anais do IV Colóquio Marx e Engels* – CEMARX. Campinas, 2005.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil – De Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SADER, Emir. “Nós que amávamos tanto *O Capital*”. In: *Praga – Revista de Estudos Marxistas*. São Paulo, nº 01, 1996.

SALLUM JR., Brasília. “Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo”. In: *Política e Sociedade*. Florianópolis, vol. 01, nº 01, 2002.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie* – os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Theotônio dos. *A Teoria da dependência – Balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHWARZ, Roberto. “Um Seminário de Marx”. In: *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.